6 — Que os actuais sócios da firma referida no ponto 5, reunidos em assembleia geral, conforme acta de 7 de Novembro de 1995, acordaram com a entrada de D. Maria Rosa da Costa Freitas Nunes de Oliveira como sócia da mesma sociedade e que a realização da sua quota, que vai ser de 2000 contos, seja feita com o bem em espécie indicado no segundo parágrafo deste relatório.

7 — Que a sociedade indicada no ponto 5 vai aumentar o seu capital social para um quantitativo a fixar em assembleia geral e que a quota a subscrever e realizar por Maria Rosa da Costa Freitas Nunes de Oliveira vai ser uma nova quota, não provindo de qualquer cessão parcial ou total de quotas dos actuais sócios.

Conclusão.

Em minha opinião e tendo em conta os pressupostos e elementos acima descritos e, ainda, seguindo critérios que se me afiguram razoáveis, posso assegurar que o justo valor que atribuo à viatura automóvel em avaliação, tendo em conta uma efectiva depreciação à taxa média regularmente aceite para efeitos fiscais, é de 2000 contos (dois milhões de escudos)

22 de Fevereiro de 1996. — O Revisor Oficial de Contas, *Domingos da Silva Neves*.

Ficando assim em consequência alterados os seus artigos 4.º e n.º 1 do 6.º, os quais ficaram com a seguinte redacção:

Mais certifico que foi nomeado gerente António Manuel Jesus Pedro. Data da deliberação: 24 de Maio de 1996.

O texto actualizado encontra-se arquivado na respectiva pasta.

Está conforme.

17 de Dezembro de 1999. — A Segunda-Ajudante, *Helena Coelho*. 3000218267

FARIA & TORCATO — CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 45 996/880109; identificação de pessoa colectiva n.º 502088087; inscrições n.ºs 4 e 6; números e data das apresentações: 8 e 10/000105; pasta n.º 14 585.

Certifico que por escritura de 18 de Novembro de 1998 do Cartório Notarial de Penafiel foi alterado o contrato de sociedade tendo sido dada nova redacção aos artigos 3.º e 4.º do respectivo contrato cuja redacção é do seguinte teor:

3.º

O capital social, integralmente realizado, é de um milhão e quinhentos mil escudos, está dividido em duas quotas iguais do valor de setecentos e cinquenta mil escudos cada, pertencendo uma a cada um dos sócios, Torcato David Cardoso de Bessa e Manuel António Vieira de Sousa Cardoso de Bessa.

4.º

1 — A gerência social remunerada ou não conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada aos sócios, Torcato David Cardoso Bessa e Manuel António Vieira de Sousa Cardoso de Bessa, que desde ficam nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — Nos poderes normais da competência da gerência, incluem-se os de:

a) Comprar, vender e permutar veículos automóveis, outros móveis e imóveis para e da sociedade;

b) Tomar de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;

c) Confessar, desistir e transigir em juízo.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na respectiva pasta.

Está conforme.

14 de Janeiro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Ligia Maria Gigante Pinheiro*. 3000218270

ENERTUBOS — ENERGIA E FLUIDOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 2075; identificação de pessoa colectiva n.º 503248843; inscrição n.º 13; número e data da apresentação: 16/090699; pasta n.º 2075.

Certifico que na sociedade em epígrafe foi aumentado o capital com 20 000 000\$ subscrito quanto a 6 000 000\$ em suprimentos e 11 000 000\$ em dinheiro pelo sócio Luís Miguel e 3 000 000\$ em suprimentos pelo sócio Francisco Manuel.

Mais certifico que foi a mesma transformada em sociedade anónima regendo-se pelo contrato seguinte:

Projecto de estatutos sociais

CAPÍTULO I

Denominação, sede, objecto social e duração

ARTIGO 1.º

A Sociedade adopta a denominação de ENERTUBOS — Energia e Fluidos, S. A. e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1 — A Sociedade tem a sua sede na Avenida de Fontes Pereira de Melo, 410 a 424, freguesia de Ramalde, no concelho e cidade do Porto.

2 — Por simples deliberação do conselho de administração, pode ser transferida a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelhos

limitrofes.

3 — Também por simples deliberação do conselho de administração, pode a sociedade criar, transferir ou encerrar escritórios, estabelecimentos, armazéns, sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º

1 — A sociedade tem por objecto projectos e instalações de redes de águas, gás, electricidade e outros fluidos.

2 — A sociedade pode, por simples deliberação do conselho de administração, adquirir participações em quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, de objecto igual ou diferente do seu próprio objecto social, bem como integrar agrupamentos complementares de empresas, consórcios, sociedades reguladas por leis especiais e ainda associações, podendo, do mesmo modo, alienar livremente as participações sociais de que for titular.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

ARTIGO 4.º

1 — O capital social é de trinta milhões de escudos, representado por trinta mil acções, do valor nominal de mil escudos cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

2 — As acções são nominativas ou ao portador, reciprocamente convertíveis, cabendo aos interessados as respectivas despesas de conversão.

3 — Haverá títulos representativos de 1, 10, 50, 100 e 100 acções.

4 — Os títulos representativos das acções conterão a assinatura do administrador único, as quais poderão ser apostas por chancela ou reproduzidas por meios mecânicos.

ARTIGO 5.º

1 — Com parecer favorável do órgão fiscalizador, o capital social poderá ser aumentado, por uma ou mais vezes, até ao montante de quinhentos milhões de escudos, por simples deliberação do conselho de administração, que fixará igualmente todas as condições de aumento ainda que com recurso à subscrição pública.

2 — Sem prejuízo do disposto do número anterior, o capital social poderá ser aumentado por deliberação da assembleia geral, que fixará as condições da emissão.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá, por simples deliberação do conselho de administração, emitir obrigações e outros títulos de dívida, nos termos e nas modalidades previstas na Lei.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias, dentro dos limites e sob as condições impostas por Lei e fazer sobre elas as operações mais convenientes para o interesse social.

CAPÍTULO III**Órgãos sociais****ARTIGO 8.º**

São órgãos sociais a assembleia geral, o administrador único e um fiscal único.

SECÇÃO I**Assembleia geral****ARTIGO 9.º**

1 — A assembleia geral é constituída pelos accionistas que detiverem, pelo menos, cem acções.

2 — A cada cem acções corresponde um voto.

3 — A participação dos accionistas da assembleia depende do averbamento das respectivas acções, sendo nominativas, ou, sendo ao portador, do seu depósito, na sede social ou em qualquer instituição de crédito, em nome do titular, até dez dias antes da data designada para a reunião da assembleia geral.

4 — Sendo o depósito efectuado em instituição de crédito, o depósito deverá ser comprovado, perante a Sociedade, até cinco dias antes da data designada para a assembleia geral.

5 — Os accionistas sem direito a voto e os obrigacionistas não poderão assistir às reuniões da assembleia geral.

ARTIGO 10.º

1 — Os accionistas titulares de um número de acções inferiores a cem poderão agrupar-se, nos termos legais, a fim de participarem na Assembleia, devendo designar um só de entre eles que a todos represente.

2 — Os accionistas podem fazer-se representar na assembleia geral por outros accionistas ou por outra pessoa a quem, por lei imperativa, seja atribuído esse direito.

3 — Os accionistas que sejam pessoas colectivas far-se-ão representar por pessoa para o efeito nomeada pela respectiva administração, gerência ou direcção.

4 — As representações previstas nos anteriores números devem ser comunicadas ao presidente da mesa da assembleia geral, por carta recebida na sede social até cinco dias antes da data designada para a reunião, com a assinatura autenticada pela própria sociedade.

ARTIGO 11.º

1 — As deliberações sociais são tomadas por maioria simples dos votos emitidos na Assembleia, salvo, quando a lei e ou o contrato dispuserem de modo diferente.

2 — Em primeira convocação, a assembleia geral apenas poderá deliberar — desde que se encontrem presentes ou representados accionistas que detenham acções correspondentes a, pelo menos, 50 % do capital social.

3 — Quando a assembleia geral, regularmente convocada, não puder funcionar por insuficiência do capital representado, reunirá em segunda convocação, entre os 15 e 30 dias subsequentes, com qualquer número de accionistas presentes e capital representado.

ARTIGO 12.º

A Mesa da assembleia geral é composta por um presidente e um secretário, competindo ao presidente convocar as reuniões e dirigir os respectivos trabalhos e ao secretário lavrar as actas e assegurar o expediente da assembleia geral.

SECÇÃO II**Conselho de administração****ARTIGO 13.º**

A sociedade é gerida por um administrador único, eleito em assembleia geral.

ARTIGO 14.º

Compete ao administrador único, em especial, sem prejuízo das atribuições que por lei lhe são genericamente conferidas:

a) Planear as actividades sociais, tendo em conta a situação dos mercados, o volume de recursos disponíveis ou mobilizáveis e as previsões de rentabilidade;

b) Gerir a sociedade, praticando todos os actos e operações inerentes ao seu objecto social;

c) Contrair empréstimos e outros tipos de financiamento nomeadamente através da emissão de obrigações por subscrição pública, ou particular, e realizar outras operações de crédito que não sejam vedadas pela lei;

d) Adquirir, alienar ou por qualquer ou por qualquer forma obrigar ou onerar participações e quaisquer outros bens e direitos, imobiliários ou mobiliários, nomeadamente viaturas;

e) Tomar e dar de arrendamento quaisquer prédios, ou parte dos mesmos;

f) Contratar os empregados da sociedade, estabelecendo as respectivas condições contratuais e exercer o correspondente poder directivo e disciplinar;

g) Constituir mandatários ou procuradores da sociedade e fixar-lhes as atribuições ou poderes respectivos;

h) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo contrair obrigações, propor e fazer seguir pleitos, confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos, comprometer-se em árbitros e assinar termos de responsabilidade;

i) Em geral, resolver acerca de todos os assuntos que não caibam na competência de outros órgãos sociais.

ARTIGO 15.º

Todos os documentos de mero expediente bem como os que obriquem a sociedade incluindo cheques, letras, livranças e aceites bancários, terão quando assinados pelo administrador único.

SECÇÃO III**Fiscalização****ARTIGO 16.º**

A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único, revisor oficial de contas, que terá um suplente, também revisor oficial de contas.

SECÇÃO IV**Disposições comuns****ARTIGO 17.º**

1 — Os membros da mesa da assembleia geral, o administrador único e o fiscal único e respectivo suplente, são eleitos por aquela assembleia e por um período de quatro anos, sendo reelegíveis uma ou mais vezes.

2 — Os membros da mesa da assembleia geral, o administrador único e o fiscal único poderão ou não ser accionistas da sociedade.

2 — Terminado o prazo dos respectivos mandatos, os membros dos órgãos sociais continuam em exercício até que os novos membros eleitos tomem posse dos respectivos cargos.

ARTIGO 18.º

1 — O administrador único e o fiscal único poderão ou não ser remunerados nos termos e condições que vierem a ser deliberadas em assembleia geral.

2 — A remuneração do administrador único poderá consistir em parte, e para além de um montante fixo, numa percentagem global dos lucros de exercício, não superior a sete por cento, a definir pela assembleia geral.

ARTIGO 19.º

O administrador único terá direito a um regime de reforma por velhice ou invalidez, a ser suportado pela sociedade, nas condições que vierem a ser fixadas em regulamento a aprovar pela assembleia geral em obediência aos condicionalismos legais.

CAPÍTULO IV**Aplicação de resultados****ARTIGO 20.º**

1 — Os lucros líquidos, depois de deduzidas as percentagens para o fundo de reserva legal, serão distribuídos pela forma que a assembleia geral deliberar.

2 — Pode a assembleia geral deliberar, por maioria simples que seja distribuída menos de metade dos lucros apresentados em cada exercício.

3 — Sob proposta do administrador único pode a assembleia geral deliberar a constituição de outras reservas, designadamente destinadas à estabilização de dividendos, e o seu reforço ou diminuição.

CAPÍTULO V**ARTIGO 21.º**

A sociedade dissolve-se nos casos e termos estabelecidos na lei.

CAPÍTULO VI

ARTIGO 22.º

O administrador único fica autorizado a celebrar anteriormente ao registo quaisquer negócios jurídicos em nome da sociedade e, bem assim, a efectuar levantamentos das entradas depositadas para solver as despesas de transformação, registo e outras.

ARTIGO 23.º

Ficam já designadas para preencherem os órgãos sociais, durante o quadriénio de 1999:

- a) Administrador único — Luís Miguel Bártolo Correia Ferraz.
 b) Mesa da assembleia geral:
 Presidente: Pedro Jorge Trevisani Sobral Pires; secretária: Alexandra Moura Moreira da Silva Ferraz.
 Fiscal único efectivo: Doutor José de Jesus Sequeira, casado, residente na Rua de Alves Redol, 444, 10.º, habitação 35, Porto, ROC n.º 509; suplente — Fernando Ribeiro & Oliveira Maia, SROC, com sede na Rua de Júlio Dinis, n.º 586, 6.º, Porto, ROC n.º 134, representada por Fernando Júlio Gonçalves Ribeiro, ROC n.º 582.

É o que cumpre certificar.

7 de Fevereiro de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Elsa Soares*.
 3000218304

VISO — EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 02939-A/950216; identificação de pessoa colectiva n.º 501754008; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 11/160295; pasta n.º 3593.

Certifico que a sociedade em epígrafe deslocou a sede social para Vila Nova de Gaia tendo sido alterados todos os artigos com excepção dos 2.º e 3.º e aditados seis novos artigos que serão os 11.º e 12.º cuja redacção passou a ser a seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma VISO — Exportação e Importação, L.ª, e tem a sua sede no lugar de Aldeia Nova, freguesia de Avintes, concelho de Vila Nova de Gaia.

2 — Por deliberação do conselho de gerência a sede poderá ser deslocada dentro do concelho do Vila Nova de Gaia ou para qualquer concelho limítrofe daquele em que a sua sede se encontrar.

3 — A sociedade poderá criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, mediante deliberação do conselho de gerência.

ARTIGO 4.º

Mediante deliberação tomada em assembleia geral poderão ser exigidas a todos os sócios prestações suplementares, na proporção das suas quotas e até ao limite de cento e cinquenta vezes o capital social.

ARTIGO 5.º

1 — É livre a cessão de quotas entre os sócios e para a própria sociedade, ficando a cessão a estranhos dependente do consentimento da sociedade.

2 — No caso de negação do consentimento a sociedade deve apresentar ao sócio uma proposta de amortização o aquisição da quota a alienar.

3 — Se for prestado o consentimento, os sócios não cedentes terão preferência na cessão, e se mais de um deles exercer tal direito, a quota dividir-se-á entre os preferentes na proporção do capital de que cada um deles for titular.

4 — Tratando-se de cessão a título gratuito ou provando-se simulação do preço a preferência será exercida pelo valor da quota, tal como resultar do último balanço aprovado.

5 — Ao direito de preferência consignado nos parágrafos três e quatro deste artigo é atribuída eficácia real nos termos do artigo 421.º do Código Civil.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar quotas:

- a) Para cuja cessão não haja sido pedido prévio consentimento ou este haja sido negado;
 b) Que tenham sido arroladas, arroladas, penhoradas, apreendidas para a massa falida ou insolvente, ou por qualquer outra forma sujeitas a venda judicial ou subtraídas ao poder de disposição do seu titular;
 c) Sempre que o seu titular consinta na amortização;

d) Do sócio que utilize para fins estranhos à sociedade e com prejuízo desta ou de algum sócio as informações que houver obtido através do exercício do direito de informação que lhe assiste;

e) Nos demais casos previstos na lei.

2 — A assembleia geral que proceder à amortização deverá deliberar se, em virtude dela, as demais quotas serão proporcionalmente aumentadas no seu valor nominal ou se a quota amortizada figurará no balanço com vista a eventual criação subsequente de uma ou mais quotas destinadas a serem alienadas a sócios ou a terceiros.

ARTIGO 7.º

1 — Salvo norma imperativa em contrário ou acordo entre a sociedade e o titular da quota amortizada, a contrapartida da amortização será igual ao valor da quota, tal como resultar do último balanço aprovado e sem qualquer correcção dos seus elementos activos ou passivos, acrescido dos lucros ou diminuído dos prejuízos apurados através de um balancete dado com referência à data em que se houver verificado o facto determinante da amortização.

2 — Sempre salvo norma imperativa em contrário ou acordo diverso entre a sociedade o titular da quota amortizada, o pagamento da contrapartida da amortização será feito em seis prestações semestrais, sucessivas e iguais, sem juros, vencendo-se a primeira seis meses depois da fixação definitiva dessa contrapartida.

ARTIGO 8.º

No caso de contitularidade de qualquer quota a sua representação caberá exclusivamente ao represe ante comum, só ele sendo admitido a participar na assembleia geral.

ARTIGO 9.º

As quotas pertencentes à sociedade não serão consideradas para efeitos de votação e de convocação das assembleias gerais, apurando-se as maiorias e percentagens em função do capital social, excluídas essas quotas.

ARTIGO 10.º

1 — A administração dos negócios sociais e a representação da sociedade perante terceiros é confiada a um conselho de gerência eleito pela assembleia geral e constituído por três ou cinco gerentes, consoante a assembleia eleitoral deliberar.

2 — Ao conselho de gerência são conferidos poderes para adquirir, alienar, ou onerar quaisquer bens, móveis ou imóveis, e bem assim para confessar, desistir ou transigir em quaisquer pleitos e comprometer-se em árbitros.

3 — O conselho de gerência poderá adquirir, alienar ou onerar participações no capital de quaisquer sociedades, de responsabilidade limitada ou ilimitada, qualquer que seja o seu objecto social.

4 — Os gerentes serão remunerados ou não consoante deliberar a assembleia geral, podendo a sua remuneração consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 11.º

A sociedade fica vinculada:

- a) Pela intervenção de dois gerentes;
 b) Pela intervenção de um gerente e de um procurador, agindo este dentro dos limites da respectiva procuração;
 c) Pela intervenção de dois procuradores, agindo dentro dos limites das respectivas procurações;
 d) Pela intervenção de um gerente em quem o conselho de gerência haja delegado poderes por deliberação registada em acta;
 e) Por procurador constituído para a pratica de acto certo e determinado.

ARTIGO 12.º

É vedada aos gerentes a prática de actos alheios aos negócios sociais, respondendo perante a sociedade pelos danos que lhe causarem em consequência de tais actos.

ARTIGO 13.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção, expedidas com a antecedência mínima de 15 dias.

Todo o sócio tem direito a obter informação sobre a gestão social, bem como a consultar a escrituração, livros ou documentos da sociedade e a inspecionar os bens sociais, dentro dos limites fixados nas alíneas seguintes:

- a) As informações sobre a gestão da sociedade serão prestadas com vista a habilitar o sócio a votar em assembleia geral já convocada, devendo ser pedidas, por escrito, até sete dias antes da data prevista para a reunião, e prestadas até dois dias antes dessa data, desde que se refiram a assuntos incluídos na ordem do dia e na medida em que tais informações sejam necessárias para que o sócio forme opinião sobre elas;